



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56836/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2024

Aos dezanove dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, o **MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS**, inscrito no CNPJ n.º 29.138.344/0001-43, situado a Avenida Koeler, n.º 260, Centro, Petrópolis, através da Secretaria de Administração e de Recursos Humanos, neste ato representado pela Sr.ª Sonia Regina Pereira Alves, Superintendente de Licitações, Compras e Contratos Administrativos (DELCA/ÓRGÃO GERENCIADOR), brasileira, casada, portadora da carteira de identidade n.º 07.603.924-7 IFP/RJ e CPF n.º 886.896.627-15, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e considerando o resultado do Pregão Eletrônico n.º 030/2024, homologado em 04/07/2024, integrante do Processo Administrativo n.º 56836/2023, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, CNPJ n.º 36.958.637/0001-32, com endereço a Rodovia Presidente Dutra, n.º 2611, Lote 02 PAL 49616, Parque Colúmbia, Rio de Janeiro/RJ, representada por Rodrigo de Figueiredo Addison, portador da CNH n.º 04771923119 DETRAN/RJ e C.P.F. n.º 122.967.357-11, observadas as condições do Edital e seus anexos, que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS – USO HOSPITALAR PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL DR. NELSON DE SÁ EARP – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações, quantitativos, marcas e valores especificados abaixo:

MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA CNPJ n.º 36.958.637/0001-32					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
10	TENOXICAM AMPOLA COM 20MG. (TIPO TILATIL)	FRASCO	3600	6,47	23.292,00
TOTAL DO FORNECEDOR				R\$ 23.292,00	

1.2. As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições;

1.3. Os recursos orçamentários para o pagamento de objeto contratado correrão à conta da dotação no orçamento - programa de trabalho do Órgão Participante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:

2.1. A presente **ATA** terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei n.º 14.133/2021;

2.1.1. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.1.2. O extrato da presente **ATA** será publicado no Diário Oficial do Município e divulgada no portal da internet da Prefeitura de Petrópolis.

2.1.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

2.2. Durante o prazo de vigência desta **ATA**, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

RODRIGO DE FIGUEIREDO ADDISON:1
2296735711

Assinado de forma digital por RODRIGO DE FIGUEIREDO ADDISON:12296735711
Dados: 2024.07.19 17:11:57 -03'00'





PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO:

3.1. O disposto na presente **ATA** deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital Licitatório, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 14.133/2021, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:

4.1. As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório deverão ser mantidas pela empresa registrada durante toda a vigência da presente **ATA**, ficando facultado ao órgão contratante, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE DE PREÇOS:

5.1. Os preços registrados serão os vigentes na data da ordem de fornecimento, independentemente da data da entrega do objeto licitado;

5.2. Os preços registrados constituirão a única e completa remuneração pelo fornecimento do objeto desta ata de registro de preço, incluído frete até o local de entrega;

5.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.3.3. A empresa detentora do registro, poderá requerer o reajuste, se assim entender necessário, após o transcurso de 01 (um) ano, contado da apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.3.4. O índice a ser utilizado para o reajuste, será o IGP-M ou por outro índice oficial que vier substituí-lo, acumulado durante o período.

5.3.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

5.3.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5.4. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.5. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.6. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.7. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.8. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

RODRIGO DE FIGUEIREDO
ADDISON:1
2296735711

Assinado de forma digital por
RODRIGO DE FIGUEIREDO
ADFIGU:12296735711
5711
Dados: 2024.07.19 17:11:34-03'00"





PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



- 5.9. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 5.10. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 5.11. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 5.12. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 5.13. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.14. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 5.15. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- CLÁUSULA SEXTA - DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:**
- 6.1. O órgão gerenciador será o Departamento de Licitações, Compras e Contratos Administrativos (DELCA).
- 6.2. O órgão participante será: Secretaria de Saúde.
- 6.3. A fiscalização desta contratação ficará a cargo de servidor designado pelo Órgão Participante.
- CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:**
- 7.1. A entrega dos medicamentos será programada em conformidade com a determinação da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, sendo entregue os quantitativos conforme pedido da Secretaria.
- 7.2. Os medicamentos deverão ser entregues em perfeitas condições, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, devendo o contratado, no ato da entrega apresentar:
- 7.2.1. prova de registro do medicamento emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ou cópia da publicação do Diário Oficial da União.
- 7.2.2. comprovante da regularidade das boas práticas de fabricação e controle por linha de produção/produto do fabricante ofertado através dos documentos: Certificado de Boas Práticas ou publicação da concessão no DOU, ou ainda o relatório de Inspeção satisfatória, mais o protocolo requerendo a emissão do Certificado, **quando for o caso**.
- 7.2.3. As Embalagens – o medicamento deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificada, e com o número do registro emitido pela ANVISA, devendo ainda, conter a indicação:
- 7.2.3.1. Do fabricante e do tipo de embalagem e da quantidade de cada produto cotado, em cada embalagem;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



- 7.2.3.2.** Do número completo do registro do produto cotado, junto ao Ministério da Saúde/ANVISA, para diligência no endereço eletrônico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com vistas à aferição de sua regularidade, ou, se o produto for isento desse registro, informação confirmando essa isenção.
- 7.2.3.3.** Rotulagens e bulas – Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter constados, nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, etc.
- 7.2.3.4.** Responsável técnico – as embalagens devem apresentar o nome do responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho. O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.
- 7.2.3.5.** Lote – o número dos lotes deve estar especificado na nota fiscal por quantidade de cada medicamento entregue.
- 7.2.3.6.** Validade do medicamento hospitalar - Os medicamentos hospitalares devem ser entregues por lotes e data de validade, com seus respectivos quantitativos na nota fiscal.
- 7.2.3.7.** O prazo de validade dos medicamentos hospitalares não deverá ser inferior a 12 meses, a contar da data da entrega do produto.
- 7.2.3.8.** Na ocasião da entrega, os produtos devem **apresentar validade equivalente à pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade total.**
- 7.3.** O Objeto da licitação será recebido previamente para verificação de atendimento aos requisitos editalícios e posteriormente o recebimento total com o devido ateste de recebimento da nota fiscal.
- 7.4.** Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.5.** Nos termos da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos medicamentos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 7.6.** A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários em até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial atualizado desta ATA;
- CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO:**
- 8.1.** O pagamento será feito mediante comprovação de adimplemento dos encargos previdenciários e trabalhistas;
- 8.2.** Para fins de pagamento a contratada deverá protocolizar junto ao Protocolo Geral do Município, com a seguinte documentação:
- 1ª via da nota fiscal correspondente;
 - Cópia da nota de empenho;
 - Certidão de Tributos Municipais da Sede do Licitante;
 - Certidão conjunta RFB/PGFN referente a tributos e dívida ativa da União;
 - Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
- 8.3.** Será feita a retenção, na fonte, do Imposto de Renda (IR) sobre os pagamentos efetuados, em observância ao disposto Lei Federal nº 9.430/96, no Decreto Municipal nº 290 de 27 de outubro de 2022, regulamentado pela Portaria 013 de 01 de novembro de 2022.
- 8.4.** Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrente);
- CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**
- 9.1.** As sanções administrativas e contratuais serão aplicadas conforme previsto nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/21.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



9.2. Ocorrendo inexecução total, parcial ou inadequada das obrigações assumidas pela CONTRATADA poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

9.2.1. ADVERTÊNCIA;

9.2.2. MULTA de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura mensal, limitada, por sua vez de incidência, a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, em caso de mora contratual;

9.2.3. MULTA de 20% do valor total atualizado do contrato em caso de inadimplemento que enseje a rescisão unilateral do contrato;

9.2.4. IMPEDIMENTO PARA LICITAR E CONTRATAR com a Administração, por prazo de até três anos;

9.2.5. DECLARAÇÃO INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública.

9.3. Na hipótese de aplicação de multa o Município poderá descontar o respectivo valor dos créditos existentes em favor do contratado e/ou da garantia contratual, na forma prevista na Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no edital de licitação.

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar se superior ou inferior ao preço registrado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO:

11.1. A contratada deverá facilitar o trabalho de fiscalização a cargo do órgão contratante;

11.2. A fiscalização do cumprimento do acordo decorrente desta ATA será exercida por servidor habilitado, designado formalmente órgão contratante, para tal, investido de plenos poderes para:

11.2.1. Recusar o produto em desacordo com o objeto;

11.2.2. Promover a liquidação do respectivo documento de cobrança;

11.2.3. Tomar as ações iniciais para a consecução das medidas cabíveis para os casos amparados pelos itens 8 e 9 a serem executados pelo órgão contratante;

11.2.4. Tomar quaisquer outras medidas julgadas necessárias para a perfeita execução do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



11.3. A cada entrega do produto, o órgão contratante poderá selecionar, a seu critério, amostras dos itens entregues, a fim de serem submetidas a exames, visando à verificação do cumprimento das condições estabelecidas no Edital Licitatório. O tempo médio de análise é de 30 (trinta) dias. As despesas decorrentes dos exames a serem realizados serão custeadas pelo órgão contratante;

11.4. A rejeição dos lotes não justificará atrasos em relação ao prazo de entrega fixado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR:

12.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da ATA ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos/serviços no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:

12.1.1. Greve geral;

12.1.2. Calamidade pública;

12.1.3. Interrupção dos meios de transporte;

12.1.4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,

12.1.5. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro.

12.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o órgão contratante;

12.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:

13.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão participante por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1. Durante a vigência da ata, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não participaram deste procedimento de registro de preços, poderá aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

14.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

14.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

14.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

14.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

14.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

14.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

14.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 14.1.

14.6. Dos limites para as adesões:





PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



14.6.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

14.6.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital e seus anexos;

15.2. Os casos omissos no presente instrumento serão dirimidos de acordo com a Lei 14.133/21, ou o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil Brasileiro;

15.2. É competente o foro da Comarca de Petrópolis, para nele serem dirimidas quaisquer controvérsias decorrentes da presente ata. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, independente de testemunhas por se tratar de documento público. *****

SONIA REGINA
PEREIRA
ALVES:88689662715

Assinado de forma digital por SONIA REGINA PEREIRA ALVES 88689662715
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLU TI Múltiplo v5, ou=2028171000100, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=SONIA REGINA PEREIRA ALVES 88689662715
Dados: 2024.07.19 15:32:58 -07'00'



SONIA REGINA PEREIRA ALVES
Superintendente de Licitações, Compras e Contratos Administrativos
MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
Órgão Gerenciador

RODRIGO DE
FIGUEIREDO
ADDISON:1229673
5711

Assinado de forma digital por RODRIGO DE FIGUEIREDO
ADDISON:12296735711
Dados: 2024.07.19 17:09:51
-03'00'

MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA
Beneficiária

Gabinete do Prefeito de Petrópolis, em 29 de julho de 2024.

RUBENS BOMTEMPO Prefeito

PORTARIA N.º 3.383 de 29 de julho de 2024

O Prefeito do Município de Petrópolis, usando de suas atribuições legais, resolve

INDICAR PIERA PORTELA SANDRI, como membro suplente, representante do Projeto Araras, junto ao CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (COMDEMA).

Gabinete do Prefeito de Petrópolis, em 29 de julho de 2024.

RUBENS BOMTEMPO Prefeito

PORTARIA N.º 3.384 de 29 de julho de 2024

O Prefeito do Município de Petrópolis, usando de suas atribuições legais, resolve

CEDER a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, o servidor FABIO CARDOSO DO NASCIMENTO, matrícula n.º 14810-5, da Prefeitura Municipal de Petrópolis, sem prejuízo de seus vencimentos, direitos e vantagens, com ônus para o órgão de destino, a partir de 26/07/2024.

Gabinete do Prefeito de Petrópolis, em 29 de julho de 2024.

RUBENS BOMTEMPO Prefeito

PORTARIA N.º 3.385 de 29 de julho de 2024

O Prefeito do Município de Petrópolis, usando de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER, de acordo com o disposto no Art. 150, Inciso IV, Alínea "b" da Constituição Federal, c/c o Art. 46, Inciso II, da Consolidação da Legislação Tributária do Município de Petrópolis, efetuada pelo Decreto n.º 395, de 11/07/2002, IMUNIDADE TRIBUTÁRIA, pelo período de 20/11/2015 a 31/12/2024 e a ISENÇÃO DA TAXA DE LIXO, a partir de 2021, ao imóvel situado na Rua Carlos Ferraz, n.º 80, Pedro do Rio. Inscrição Municipal n.º 310390.

Gabinete do Prefeito de Petrópolis, em 29 de julho de 2024.

RUBENS BOMTEMPO Prefeito

PORTARIA N.º 3.386 de 29 de julho de 2024

O Prefeito do Município de Petrópolis, usando de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER, incluídos pela Lei Municipal n.º 8.296/2022, ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E DA TAXA DE COLETA DE LIXO para os imóveis abaixo relacionados, para os exercícios de 2022 e 2023:

- Situado na Rua Jacinto Rabelo, sv 47, lote 56, Chacara Flora, Inscrição Municipal n.º 25269;

- Situado na Rua João Felipe Klippel, n.º 232, Castelânea, Inscrição Municipal n.º 30797,

- Situado na Rua Paulo Guimarães, n.º 118, Chacara Flora, Inscrição Municipal n.º 63727;

- Situado na Rua Teresa, n.º 88, Alto da Serra, Inscrição Municipal n.º 21704;

- Situado na Servidão Adelin Botelho Braz, n.º 1515 J, Alto da Serra, Inscrição Municipal n.º 23018

Gabinete do Prefeito de Petrópolis, em 29 de julho de 2024.

RUBENS BOMTEMPO Prefeito

Secretaria de Administração e de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 1667 de 22 de julho de 2024

O Secretário de Administração e de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Petrópolis, usando de suas atribuições legais, resolve

READAPTAR, em caráter provisorio, com base no artigo 41 da Lei n.º 6.946/12, as servidoras abaixo relacionadas, pelo período de 180 (cento e oitenta dias)

- LETICIA DOS SANTOS VALVA, Educador de Educação Infantil do Q.P., matrícula n.º 21437-0, para exercer função extraclasse, sem contato com criança, a partir de 02/07/2024 (Proc. n.º 27.538/2024)

- GILMAR DA SILVA CARVALHO, Auxiliar de Serviços Gerais do Q.P., matrícula n.º 21411-6, para exercer função sem esforço fisico dos membros superiores, sem carregar peso, a partir de 02/07/2024 (Proc. n.º 27.622/2024)

Gabinete da Secretaria de Administração e de Recursos Humanos, em 22 de julho de 2024.

MARCUS ANTONIO CURVELO DA SILVA Secretário de Administração e de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 1668 de 22 de julho de 2024

O Secretário de Administração e de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Petrópolis, usando de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER, nos termos do Art. 144, § 2º da Lei n.º 6.946/12, licença para tratamento de saúde, conforme servidores relacionados abaixo

- 130 (cento e trinta) dias, à servidora GISELE HAMMES LUCIO, Cozinheiro do Q.P., matrícula n.º 23011-1, a partir de 22/02/2024. (Proc. n.º 23.312/2024)

- 117 (cento e dezessete) dias, à servidora FRANCENETE COELHO RAMOS DA SILVA, Cozinheiro do Q.P., matrícula n.º 17177-8, a partir de 06/05/2024. (Proc. n.º 19.990/2024)

- 88 (oitenta e oito) dias, à servidora ANDREA DOS SANTOS MORAIS, Agente de Apoio Administrativo Q.P., matrícula n.º 22274-7, a partir de 05/05/2024. (Proc. n.º 25.632/2024)

- 59 (cinquenta e nove) dias, à servidora PATRICIA CORREA FIGUEIRA, Educador de Educação In-

fantil do Q.P., matrícula n.º 22408-1, a partir de 28/04/2024. (Proc. n.º 19.248/2024)

Gabinete da Secretaria de Administração e de Recursos Humanos, em 22 de julho de 2024

MARCUS ANTONIO CURVELO DA SILVA Secretário de Administração e de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 1669 de 22 de julho de 2024

O Secretário de Administração e de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Petrópolis, usando de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER, nos termos do Art. 144, § 2º da Lei n.º 6.946/12, licença para tratamento de saúde, conforme servidores relacionados abaixo

- 60 (sessenta) dias, à servidora ALINE MONTANARI SILVA OLIVEIRA RODRIGUES, Professor de Educação Básica do Q.P., matrícula n.º 18495-0, a partir de 24/05/2024. (Proc. n.º 22.947/2024)

- 60 (sessenta) dias, ao servidor MARTINHO FERREIRA FERNANDES NETO, Professor de Educação Básica do Q.P., matrícula n.º 15413-0, a partir de 02/07/2024. (Proc. n.º 22.124/2024)

Gabinete da Secretaria de Administração e de Recursos Humanos, em 22 de julho de 2024

MARCUS ANTONIO CURVELO DA SILVA Secretário de Administração e de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 1670 de 22 de julho de 2024

O Secretário de Administração e de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Petrópolis, usando de suas atribuições legais, resolve

DETERMINAR a instauração de Sindicância disciplinar nº 222 e Seg da Lei n.º 6.946/12. Dispõe sobre o procedimento dos Servidores Públicos do Município de Petrópolis, designando a servidora ADRIANA CRISTINA ROSSI para atuar como Sindicante, visando a apuração dos fatos narrados no processo n.º 26.600/2024, ficando a Sindicante autorizada a ouvir quantos servidores julgar necessário, assim como praticar todas as diligências necessárias para elucidação do fato, com prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação do Relatório Final, a partir da data de publicação do expediente. (Proc. n.º 26.600/2024)

Gabinete da Secretaria de Administração e de Recursos Humanos, em 22 de julho de 2024

MARCUS ANTONIO CURVELO DA SILVA Secretário de Administração e de Recursos Humanos

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRA E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM DE PUBLICAÇÃO N.º 708/2024 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 134/2024

Processo n.º 56836/2023 - Pregão Eletrônico nº 030/2024. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA ATUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O HOSPITAL PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL DR. NELSON DE SA FARP - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em conformidade com as especificações constantes de seus Anexos, Órgão Gerenciador: Departamento de Licitações, Compras e Contratos Administrativos do Órgão Participante e responsável pela fiscalização: Comissão de Saúde. Beneficiária da Ata: MEDKA DISTRIBUIDORA DE HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.953.627/0003-32. Valor Estimado: R\$ 23.292,00. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura. Itens globais. Item Descrição dos Itens UN ORC VALR 10. Item com amostra (20mg/100ml) HRS 3600 6,42

Ao beneficiário da ata, caberá tão somente o recebimento das compras/serviços efetivamente contratados, prestados e atestados. Aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro

SONIA REGINA PEREIRA ALVES Superintendente de Licitações, Compras e Contratos Administrativos

ANEXO AO DECRETO N.º 966 de 29 de julho de 2024

Table with columns: PROJETO/ATIVIDADE, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA (FUNCIONAL PROGRAMÁTICO, DESPESA, FONTE), VALOR EM R\$ (ACRESCIMO, CANCELAMENTO). Rows include Despesas Inativas Pensionistas Poder Exe and Despesas com Inativos e Pensionistas do Poder Legislativo.

ANEXO AO DECRETO N.º 967 de 29 de julho de 2024

Table with columns: PROJETO/ATIVIDADE, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA (FUNCIONAL PROGRAMÁTICO, DESPESA, FONTE), VALOR EM R\$ (ACRESCIMO, CANCELAMENTO). Rows include Gestão de Procedimentos, Materiais e Serviços Administrativos and Atendimento População Situação Risco.